

DIAGNÓSTICO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM SANTO ANTÔNIO DE LISBOA: UM COMPARATIVO 2002-2012

DIAGNOSIS OF TOURIST ACTIVITY IN SANTO ANTONIO DE LISBOA: A COMPARATIVE 2002-2012

Valentina Gomes Haensel Schmitt

Instituto Meira Mattos da Escola de Comando Estado-Maior do Exército
valentinaschmitt@hotmail.com

Samuel Felipe

Universidade Federal de Santa Catarina
samuelfelipe@hotmail.com

Luís Moretto Neto

Universidade Federal de Santa Catarina
moretto@cse.ufsc.br

RESUMO

O estudo resgata os diagnósticos da atividade turística, realizados no bairro de Santo Antônio de Lisboa – Florianópolis/SC, Brasil –, nos anos de 2002 e 2012. A pesquisa considerou a atividade no espaço, pelo levantamento e análise do patrimônio natural, histórico e artístico cultural e identificação das transformações ocorridas no período. Consequentemente deu-se a análise das oportunidades, deficiências, ameaças e oportunidades derivadas do processo de expansão da atividade no espaço. Na segunda etapa ocorreu a coleta de dados primários, por entrevistas com diferentes agentes de relevância para o local, em diferentes recortes temporais. Pôde-se observar que o turismo é a principal fonte geradora de emprego e renda no local, que é foco de visitação. A utilização do patrimônio no turismo é encarada como fundamental ao desenvolvimento do mesmo, contudo o seu comprometimento pode afetar sua atratividade. O processo de ocupação do espaço é controlado por aspectos legais, porém os espaços comunitários de discussão não atendem às demandas coletivas, e a falta de legitimidade dos órgãos locais é evidente. Espaço e paisagem merecem maior esforço para preservação e manutenção, e em algumas áreas há conflitos derivados de processos de delimitação entre os espaços públicos e privados. Dentre os aspectos positivos destacam-se a geração de emprego e renda e melhoria de infraestrutura. Aspectos negativos listados foram a especulação imobiliária, tênue cidadania deliberativa e sobreposição de interesses privados em áreas públicas. A análise permite constatar que o processo de desenvolvimento do turismo tem reproduzido lógica de progressiva exclusão social dos residentes ou sua privação ao exercício da cidadania deliberativa.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo Sustentável, Ecodesenvolvimento, Cidadania Deliberativa

ABSTRACT

The study rescues the diagnosis of the tourist activity in the district of Santo Antonio de Lisboa - Florianópolis / SC, Brazil –in the particulars years of 2002 and 2012. The diagnosis considered the activity in space, for the survey and analysis of natural, historic and artistic cultural property and changes identified in the period. Consequently there has been the analysis of opportunities, weaknesses and threats derived from the process of activity expansion in space. In the second step happened the collection of primary data through interviews with various actors of relevance to the place, in different time periods. Could be observed that tourism is the major source of employment and income in place, which is the visitation focus. The use of heritage in tourism is seen as crucial to the development of the same, yet their commitment may affect your attractiveness. The occupation process of space is

controlled for legal aspects, but the discussion of community spaces do not meet the collective demands, and lack of legitimacy in local bodies is evident. Space and landscape deserve greater effort to preserve and maintain and in some areas there are conflicts derived from processes of demarcation between public and private spaces. Among the positive aspects, highlights the employment increase and income and improvement of infrastructure. Negative aspects listed were the real estate speculation, tenuous deliberative citizenship and overlapping private interests in public areas. The analysis shows that the process of development of tourism has reproduced progressive logic of social exclusion or deprivation of residents to the exercise of deliberative citizenship.

KEYWORDS

Sustainable Tourism, Ecodevelopment, Deliberative Citizenship

1. INTRODUÇÃO

O turismo no Brasil é uma atividade de grande impacto nas dimensões sociais, econômica e ambiental. Porém, mesmo diante da relevância da atividade, constata-se que nos últimos 10 anos o país saiu da 23ª posição do ranking da Organização Mundial do Turismo (Ministério do Turismo, 2012) para a 37ª posição, em relação à chegada de turistas estrangeiros. Diversos argumentos são utilizados para explicar a mudança de contexto, desde a crise financeira mundial de 2008, até aspectos de uma gestão deficiente da atividade turística.

No Estado de Santa Catarina, localizado ao Sul brasileiro, ao longo dos anos de 2000 a 2009 a predominância de visitantes foi de estados e países vizinhos, reforçando o caráter do deslocamento para espaços próximos ao da residência. Como forma de atração de turistas, o órgão oficial de turismo de Santa Catarina, a Santur (2012), vem divulgando o turismo temático nas modalidades de produto ecológico, parques temáticos, compras, religioso, eventos, rural, litorâneo, e, o histórico. No turismo histórico destacam-se as diferentes colonizações ocorridas no Estado tais como alemã, italiana, polonesa e açoriana.

A capital catarinense, Florianópolis, tem sido a grande destinação do Estado, e, é apontada como a terceira no Brasil - ficando atrás para cidades como Rio de Janeiro e Foz do Iguaçu, na chegada de turistas estrangeiros (Ministério do Turismo, 2012). O processo se dá quase que exclusivamente durante a estação verão, motivado pelo lazer. Em termos de turismo internacional, os fluxos são predominantemente provenientes da Argentina, Paraguai e Uruguai. Ainda de acordo com a demanda turística internacional do Ministério do Turismo (2012), no ano de 2004, recebeu 11,9% dos turistas que chegavam ao Brasil, enquanto que no ano de 2010 esse número chegou aos 20%.

Localizada ao norte de Florianópolis, entre montanhas cobertas de mata e o mar da Baía Norte - que separa a Ilha de Santa Catarina do continente -, está o bairro de Santo Antônio de Lisboa que preserva em suas ruas fortes marcas da história da colonização açoriana. Um dos três bairros mais antigos da cidade é marcado pela presença de pescadores e nativos, junto a intelectuais e artistas que escolheram o estilo calmo do local para viver. Sua gastronomia é voltada aos frutos do mar, pratos típicos da Ilha, e, apresenta em muitos de seus restaurantes a presença de figuras típicas do folclore. As águas do mar em Santo Antônio são mansas e quentes, além de fonte de renda para pescadores e maricultores. Em 2002 o bairro foi responsável por 85% da produção nacional de ostras e mariscos, e atualmente ocupa o posto de 2º lugar na produção marinha, perdendo espaço para outras localidades dentro de Florianópolis (Epagri, 2012). Entretanto, mesmo com aspectos favoráveis à vida cotidiana e prática da atividade turística, Santo Antônio de Lisboa apresenta carências em diversos aspectos no seu espaço, principalmente na utilização dos recursos existentes, de maneira predatória.

Tendo em vista o crescimento da atividade turística e sua importância - como fator de intercâmbio de culturas e experiências, e, sobretudo como gerador de rendas - percebeu-se a necessidade de avaliar a situação existente no bairro de Santo Antônio de Lisboa. O desenvolvimento de técnicas, hábitos e

tecnologias sociais que venham preparar e proteger o ambiente para as gerações futuras, atualmente além de uma necessidade, gradativamente torna-se uma exigência da sociedade.

O presente estudo objetivou a análise diagnóstica da atividade turística no bairro de Santo Antônio de Lisboa (Florianópolis – SC/Brasil) nos anos de 2002 e 2012. No estudo, optamos pela comparação das informações obtidas nos momentos distintos, visando viabilizar planos de ação a partir da comparação, em um quadro evolutivo. Para tanto, houve uma diagnose da atividade turística e social no espaço, através do levantamento e análise do patrimônio natural, histórico e artístico cultural existente, com as lentes teóricas da gestão social e do ecodesenvolvimento.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para dar embasamento ao presente trabalho, este capítulo apresenta os conceitos básicos pertinentes à questão analisada no território. Neste sentido são abordados os seguintes temas: o ecodesenvolvimento, o turismo e a agenda da gestão turística brasileira.

2.1. ECODESENVOLVIMENTO

A discussão sobre o desenvolvimento cada vez mais faz parte da agenda da sociedade mundial. A temática do consumo de bens e serviços, gradativamente tem seu espaço ampliado nas discussões, em razão dos elevados volumes consumidos, afinal, muitas das necessidades humanas atuais somente podem ser atendidas por meio destes. A indústria de transformação é tradicionalmente tachada como a vilã no processo de desenvolvimento.

Sachs (2007) destaca o resgate mais lúcido da controvertida trajetória de evolução dos princípios de ecodesenvolvimento nas últimas décadas, bem como dos seus desdobramentos práticos. Por outro lado, o mesmo admite que uma das limitações mais evidentes está relacionada ao tratamento da crise ecológica global pelos governos, empresários e a opinião pública como um setor a parte. Uma aplicação consistente dos princípios de ecodesenvolvimento deveria pressupor a criação de mecanismos capazes de garantir uma coordenação efetiva das ações promovidas pelo conjunto da sociedade civil, da máquina governamental e finalmente, dos empresários.

O intenso debate suscitado pelas primeiras evidências de transgressão dos “limites do crescimento material” alimentou o surgimento de um novo campo de pesquisa científica inter e intradisciplinar.

Com o *boom* populacional do século XXI, e sucessivas catástrofes naturais, consolidou-se a noção de que os recursos naturais não são inesgotáveis. (Philippi, Romero & Bruna, 2004). De modo geral, a ciência econômica, ao fundamentar-se no cálculo econômico, ou nos valores de troca, não considera os valores de uso e nem os valores monetários dos bens ambientais não transacionados normalmente no mercado (Sachs, 2007).

Na busca de conjugação de elementos que permitam a sustentabilidade, cunhou-se o termo “ecodesenvolvimento”, introduzido por Maurice Strong - secretário geral da Conferência de Estocolmo em 72 -, cujo significado básico é o desenvolvimento de um país ou uma região. Trata-se, entretanto, de um desenvolvimento territorial baseado em suas próprias potencialidades, endógeno, sem criar dependência externa, tendo por finalidade harmonizar objetivos sociais, ambientais e econômicos, com o uso prudente de recursos e meios (Sachs, 2007). No documento que expõe a proposta final da conferência mundial das nações unidas, a Rio + 20 (2012), o turismo sustentável é citado como exemplo de atividade ecodesenvolvimentista, criadora de consciência ambiental, bem estar social e gerador de oportunidades comerciais.

2.2. TURISMO SUSTENTÁVEL

O turismo é uma atividade socioeconômica de grande crescimento na atualidade e de interferência significativa nos territórios. Junto à importância de educação e conscientização da sociedade, estão os estudos que apresentem as potencialidades e limitações dos espaços. Inúmeras são as caracterizações para a atividade turística, mas que de modo geral englobam aspectos como a interação social, aspectos culturais e históricos e a atividade econômica. O desenvolvimento do turismo objetiva a construção de plano e estratégia, flexível e minucioso, para adequar-se à demandas internas e externas e respeitando a complexidade da indústria e consequências sociais, ambientais e econômicas (Cooper et al, 2001).

Para Ferraz (1992), o turismo pode ser compreendido como um fenômeno social e econômico de origem espontânea, decorrente da curiosidade por se conhecer locais e culturas diferentes, ou até mesmo para a descoberta de novos mercados. Enquanto a primeira abordagem considera que a satisfação das necessidades sustentáveis devam ser respeitadas e consolidadas, a segunda considera aspectos da busca dos turistas por novas experiências de lazer e econômicas.

Conforme a Organização Mundial De Turismo - OMT (2001), o desenvolvimento sustentável do turismo satisfaz as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras, enquanto protege e aumenta oportunidades no futuro. Assume-se que leva a uma utilização de todos os recursos, de uma maneira que necessidades econômicas, sociais e estéticas podem ser satisfeitas enquanto a integridade cultural, processos biológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de suporte da vida são mantidos intactos.

Não existe uma definição completamente aceita para turismo sustentável, contudo o mesmo deveria ser “formas que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades” (Ferretti, 2002, p. 101). Entretanto, há quem acredite que a mensagem sobre turismo sustentado tenha sido centrada em debates acadêmico-governamentais, se distanciando do público que vive o seu cotidiano (Murphy, 2002). Para alcançar as formas sustentáveis de turismo é necessário o compromisso coletivo dos diversos atores que interagem no espaço. Partindo desse contexto que surge a proposta de diagnóstico da atividade turística em Santo Antônio de Lisboa, foco principal deste estudo. Hoje, cabe aos diversos atores sociais compreender o espaço em que estão inseridos e trabalhar técnicas e estratégias para a sua preservação ou melhoria do entorno para edificar de maneira coletiva um processo sustentável.

2.2.1. O ESPAÇO NO TURISMO

A composição do espaço em que ocorre a atividade turística é de grande interatividade, uma vez que é integrada de infraestrutura de transporte, de alojamento, de alimentação, meio ambiente, elementos culturais e históricos, dentre tantos outros. No espaço natural predomina a existência da natureza, enquanto no espaço construído a natureza dá lugar à ação do homem. Mesmo diante de tais distinções, geralmente há a predominância da mescla de ambos ambientes.

O Espaço passa a adquirir valor econômico quando apresenta a característica da utilidade. O espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial do espaço, matéria-prima do turismo. A melhor forma de determinar o espaço é através da observação da distribuição dos atrativos e da planta, objetivando detectar as agrupações e concentrações.

Para captar a paisagem urbana os elementos de destaque são o tamanho da localidade, traçado, topografia e tipo de arquitetura. Independentemente da organização espacial, os habitantes (permanentes ou temporários) captam a sua coerência e unidade ou desordem e confusão. (Boullon, 1985). Na busca pela paisagem atraente, sob a ótica do turismo, é relevante que seja incorporada de forma sustentável.

2.2.2. O SISTEMA TURÍSTICO

O sistema turístico é formado pelas ofertas de atrativos, equipamentos e serviços, e de suas interfaces com a demanda. A oferta turística é composta do conjunto de atrações naturais e artificiais de uma região, aliados aos elementos básicos da atividade que são a infraestrutura de transporte, hospedagem/alojamento, alimentação, informação e lazer. O turista enquanto consumidor, demanda serviços providos por indivíduos diretamente envolvidos com a produção dos mesmos, bem como daqueles que residem no ambiente e que provêm da infraestrutura básica para a manutenção das condições territoriais.

O produto turístico é composto de bens e serviços unidos por relações de interação e interdependência que o tornam extremamente complexo (Boullon, 1985). Uma de suas características é que se trata de um produto material cujo resíduo é uma experiência vivencial. A heterogeneidade da demanda faz com que as expectativas, dos serviços, sejam diversificadas tornando a apreciação sujeita a muitas interpretações, resultantes das suas características de abrangência e formas de gerenciamento. Entretanto, mesmo diante da relevância da atividade, constata-se que na América Latina a falta de estratégias de profissionais de marketing de destino tem levado a gestão aleatória da mesma e, conseqüentemente a resultados quase aleatórios (Kotler *et al*, 2006).

2.3. GESTÃO TURÍSTICA

Ao longo das últimas décadas a gestão pública brasileira passou por diversas tentativas de reformas e adequação de práticas de gestão, ora mais marcadas pela burocracia, ora pelo gerencialismo. O planejamento turístico no Brasil durante os anos 70, 80 e 90 foi orientado como um processo de construção de novos empreendimentos, como hotéis, implantação de meios de transportes e desenvolvimento de campanhas turísticas, numa perspectiva *Top-Down*. Apesar dessa concepção ainda sobressair, o conceito de planejamento turístico contemporâneo também engloba uma abordagem integrada sobre impactos ambientais e sociais, objetivando o desenvolvimento sustentável do turismo (Custódio, 2004).

Tabela 1: Dinâmica Histórica da Agenda Pública do Turismo Brasileiro.

PERÍODO	PRINCÍPIO ORGANIZADOR	EFEITOS ESPERADOS
Redemocratização (anos 1980)	Estabilização	Consolidação de um intervencionismo colegiado (Sistema Nacional de Turismo); consolidação constitucional do desenvolvimento do turismo.
Liberalização (anos 1990)	Gerencialismo	Ampliação do mercado turístico nacional e estrangeiro; ações executivas descentralizadas para estados, regiões e municípios; ampliação do mix público-privado.
Recuperação do desenvolvimento (anos 2000)	Desenvolvimento e agenda social	Aumento do fluxo interno e externo; melhoria da qualidade e produtividade; descentralização de planejamento e execução; regionalização; envolvimento das comunidades; sustentabilidade; inclusão social pelo trabalho; redução das desigualdades.

Fonte: Adaptado de Pimentel, Pereira e Boas (2011).

Entretanto, em 2003 com a criação do Ministério do Turismo, identificou-se o caráter estratégico da agregação do critério ecodesenvolvimentista de sustentabilidade, em contraponto com a tendência de crescimento da competitividade, seja na formulação, como na avaliação da política nacional (Pimentel, Pereira & Boas; 2011), com manifestações pontuais de ação *Bottom-Up*, através dos programas de municipalização e de regionalização do turismo.

Para melhor perceber a dinâmica histórica da agenda pública do turismo brasileiro, os autores sugerem a tabela 1.

Com a formulação da Lei 11.771 de 2008, denominada Lei Geral do Turismo, foi que a implantação de metodologias vinculadas ao acréscimo de competitividade por meio da “supersegmentação” da demanda, promocionismo e adesão de conceitos como da eficiência à sustentabilidade, proporcionaram uma ampliação do arcabouço da gestão das políticas públicas, principalmente de inclinação ao setor privado (Ministério do Turismo, 2012).

Em Florianópolis, a orientação do capital privado sobre a paisagem natural, e sua influência na gestão pública turística, transformou o município em produto de divulgação da cidade por atores sociais, públicos e privados, atuantes em diferentes escalas geográficas (Dias, Lenzi & Gonçalves, 2009). Em decorrência desta imposição de interesses de mercado, como a expansão imobiliária desordenada, atualmente o município foi contemplado com o título de capital brasileira de pior mobilidade urbana no país e segunda no mundo, trazendo a tona, um perceptível descompasso social (Diário Catarinense, 2009). Esta é apenas uma das fotografias da realidade social, reveladas através da interação desigual entre os poderes que regem a dinâmica de gestão do bem público e privado, numa lógica dominante de gerencialismo.

Para atender as demandas sociais, sintonizadas com o ecodesenvolvimento, preservando os interesses coletivos sobre a natureza, e os canais de deliberação necessários à emancipação da sociedade civil, surge a proposta da gestão social.

2.3.1 GESTÃO SOCIAL E A CIDADANIA DELIBERATIVA

O conceito de gestão social nos remete ao início da década de 90, onde um novo mundo capitalista desperta depois da derrubada do Muro de Berlin. Sobre essa nova onda o “Consenso de *Washington*” disseminou a abordagem de Estado-mínimo, o superávit primário, a não reserva de mercado e outras commodities, obrigando a reformulação do conceito de gestão pública (Tenório, 2007). A distinção é que enquanto problemática de sociedade, a idéia refere-se à gestão das demandas e necessidades do social (França Filho, 2007). A partir desta transformação, a gestão social ganhou status de política participativa, na gestão pública de organizações, no terceiro setor, de combate à pobreza e até ambiental, pois se tornou uma alternativa à gestão pública – então um instrumento regulador de mercado.

Trazendo a tona às legitimações da república, Tenório (2007) argumenta que a cidadania deliberativa foca o processo político da formação da opinião e da vontade, valorizando ainda a constituição do Estado democrático de direito e sua coprodução. Contudo não exclui a natureza individual em nome da coletividade, como pretende o requisito da vontade da maioria no modelo da democracia representativa.

A rigidez, portanto, não contribuiria para a potencialização da proposta. Com efeito, o argumento para justificar a gestão social na esfera pública seria de resgatar a função básica da administração pública que é atender os interesses da sociedade como um todo (Tenório & Saraiva, 2006). Logo, o avanço do social significa na realidade incorporar nas decisões empresariais, ministeriais, comunitárias ou individuais, as várias dimensões e impactos que cada ação pode ter em termos de qualidade de vida (Dowbor, 1999). A gestão social é, portanto, definida como aquela orientada para o social (enquanto finalidade), pelo social (enquanto processo), norteada pelos princípios da ética e da solidariedade (Fischer & Melo, 2006).

Para que essas dimensões se concretizem, é preciso desenvolver a mobilização e envolvimento de diversos setores da sociedade, com o propósito de definir um sistema consciente de turismo, com padrões de comportamento, de produção e de consumo que atendam ao menos as necessidades básicas da população e às prioridades coletivas, em consonância com as limitações dos recursos naturais. Este é um desafio social e gerencial de turismo, enquanto atividade produtiva.

3. METODOLOGIA

O caminho seguido na realização de pesquisas e na busca por informações pode possuir contornos diferentes. Ao trabalhar temas como cidadania, participação e envolvimento, existem demandas de pesquisa qualitativa (Demo, 2001). O estudo em questão assume caráter qualitativo.

Para sua execução, foi realizada a pesquisa bibliográfica com o intuito de obter dados relevantes ao diagnóstico amparando-se em autores relacionados ao tema. A segunda etapa envolveu a definição do recorte teórico de apoio, amparado em duas perspectivas distintas: a de diagnóstico da atividade turística (Boullon, 1985) e do ecodesenvolvimento (Sachs, 2007). O diagnóstico da atividade turística contemplou a análise do produto turístico em relação ao espaço estudado. A abordagem da gestão social contemplou características sociais, organizacionais e metodológicas orientadas pelos pressupostos teóricos da cidadania deliberativa e do ecodesenvolvimento.

Tabela 2: Dimensões Analíticas na Abordagem da Gestão Social.

EIXO	GESTÃO SOCIAL
Organizacional	Dimensão de locus de exercício de cidadania e participação coletiva e organizada onde todos têm direito à fala, sem nenhum tipo de inibição. (Dialógica.)
Metodológica	Destaque para as intersubjetividades das relações sociais que balizam novos arranjos institucionais a partir das esferas públicas. (Modelo <i>Bottom-up</i> .)
Societária	Processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais, sob uma perspectiva na qual o determinante de suas ações deve ser a sociedade e não o mercado. (Cidadania Deliberativa.)

Fonte: Elaborada pelos autores.

Por definição, os principais conceitos de gestão social são classificados em três grandes eixos temáticos: metodológico, organizacional e societário (Tenório, 2004; 2009). O eixo metodológico envolve a concepção de gestão social como instrumento, processo ou conjunto de ações adequado à intervenção na realidade social, representando a dimensão meio. O eixo organizacional envolve a concepção de gestão social como forma ou espaço de gestão, isto é, encampando a idéia de execução, e o eixo societário inclui a noção de gestão social a partir de sua finalidade, que é a de enfrentamento à questão social e de transformação societária. Estes eixos foram utilizados como categorias de análise dos dados, através das indicações metodológicas.

Finalmente, foi realizada a análise de conteúdo (Bardin, 1976) das diferentes informações obtidas de entrevistas, com atores comunitários e representantes públicos, procurando elucidar a partir do escopo teórico-crítico da gestão social, o tipo de administração do patrimônio público turístico, adotada na área estudada. Os resultados obtidos em 2002 e 2012 foram comparados permitindo observar aspectos estáticos e de mudança ao longo do período.

4. RESULTADOS

Tanto no ano de 2002 como no ano de 2012, pôde-se observar que o turismo continua sendo a maior fonte geradora de emprego e renda para a localidade. A distinção em termos sociais do desenvolvimento da atividade foi que essa resultou em processo de integração dos atores sociais (através do intercâmbio de diferentes culturas). Contudo este processo propiciou impactos positivos e negativos.

4.1. DIAGNÓSTICO

Santo Antônio de Lisboa *locus* de visitação, uma vez que carece de estrutura de acomodação para turistas, que anteriormente ocorria em menor escala devido às características históricas e culturais e que

em 2002 foi alavancado pela gastronomia. Hoje, em 2012 a atividade gastronômica foi citada por ocasionar, em nível societal, deslocamento da população trabalhadora local do bairro, para áreas de maior densidade demográfica com oportunidades de melhor remuneração e menor competitividade.

No ano de 2002 a especulação imobiliária gerada pela vinda do visitante para habitar o espaço fez com que houvesse a substituição do elemento humano, de forma a afastar os antigos moradores da orla marítima. A especulação foi um dos grandes elementos causadores da descaracterização do local e perda da identidade cultural—originalmente de pescadores e características açorianas.

A utilização do patrimônio na atividade turística mantém-se como fundamental ao desenvolvimento da mesma, devido à necessidade de oferecer diferentes atrações no produto turístico. No presente estudo, o patrimônio composto pelos elementos naturais, históricos e artísticos cultural mereceu especial atenção, dado seu potencial de retorno à comunidade e localidade, que oferece benefícios financeiros, culturais, dentre outros.

Entre os diagnósticos dos dois períodos 2002-2012, percebeu-se que:

Tabela 3: Comparação dos resultados 2002 e 2012.

DIMENSÕES	DIAGNÓSTICO 2002	DIAGNÓSTICO 2012
Patrimônio Natural	Preservado, pouco explorado, carecia de legislação que regulamentasse a utilização, para não tornar-se predatória.	Continua preservado, e pouco explorado, principalmente no quesito educação ambiental. A população agiu em conjunto para manter suas reservas conservadas.
Patrimônio Histórico	Subutilizado, apesar do alto poder de atratividade. Sugeriram-se incentivos à conservação e reabilitação.	Nos últimos anos não recebeu atenção devida das autoridades. Existe um conflito entre a sociedade civil e órgãos públicos sobre como esse patrimônio deve ser gerido.
Patrimônio Artístico Cultural	Bastante variado, e carecia de esforços em divulgação e incentivos à sua perpetuação, pois parecia ameaçado pelo desenvolvimento da atividade turística.	As atividades artísticas ganharam mais espaço, contudo a população local está se deslocando à outras localidades em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em linhas gerais, conforme anteriormente citado, percebe-se que a utilização do patrimônio ocorre sob a lógica instrumental, afetando a atratividade do local e nega a ótica do ecodesenvolvimento.

O processo de ocupação do espaço, em 2002, foi percebido como controlado pelos atores, sendo os créditos eram dados aos esforços comunitários - que luta para que a lei seja seguida e o local preservado -, e, a disseminação dos valores expostos na Agenda 21 (2001). No entanto, atualmente não houve uma grande preocupação na importância de observar as limitações geográficas do espaço durante a ocorrência crescimento turístico.

Dentre os aspectos positivos, descritos pela pesquisa feita em 2012, na atividade turística no local, destacam-se a geração de emprego e renda, o aumento do fluxo de capital, a melhoria da qualidade de vida e o intercâmbio cultural. Dos aspectos negativos, destacam-se a especulação imobiliária, a perda da identidade local, o stress na comunidade, a deterioração do patrimônio, aumento da insegurança, utilização do espaço sem infra-estrutura adequada e, sobretudo o turismo de massa.

No ano de 2002 já havia sido noticiada uma gama de oportunidades a serem incorporadas, no local, tais como: turismo rural, turismo ecológico, turismo da terceira idade, turismo histórico e cultural (que deve ser potencializada a sua exploração). Naquele momento já havia a necessidade de maior esforço em divulgação do “produto” Santo Antônio de Lisboa através do incentivo ao desenvolvimento da marca, roteiros turísticos, eventos e potencialidades. Passada uma década, ainda não houve a percepção do fato então destacado: que qualquer oportunidade somente possui atratividade econômica se transformada em produto acabado pronto para o consumo. Percebe-se também a necessidade de desenvolver a cultura voltada ao turismo sustentável, preocupando-se com as limitações e necessidades do local, salientando o bem estar social e a preservação das riquezas históricas e naturais.

4.1.1. EIXO ORGANIZACIONAL: DIÁLOGO

Dentro deste eixo, permeado pela teoria da gestão social, o que foi levantado através das entrevistas é uma perceptível falta de legitimidade à forma do diálogo, como processo decisório, dentro das esferas públicas de deliberação. Os entrevistados se queixam da ausência de atores da esfera municipal dentro da região para que as demandas da comunidade sejam atendidas. As próprias esferas de deliberação da comunidade, já não são mais passíveis da integridade do compromisso assumido para com a coletividade. De acordo com os relatos, as assembleias de moradores, se transformaram em tribuna de defesa dos interesses particulares, muitas vezes motivados pelo mercado, seja turístico ou imobiliário.

As demandas são bem delimitadas dentro do corpo social, como no caso da necessidade de capacitação para a prestação de melhores serviços turísticos, no entanto é carente de espaços para debater processos gerenciais baseados na solidariedade e pluralidade (Tenório, 2007). Em contato com o diretor da capacitação turística, da Setur (Secretaria Municipal de Turismo), Artur de Bem, nos últimos anos apenas o Carnaval, levantou esforços para capacitação local, sinalizando interesses sazonais gerencialistas.

4.1.2. EIXO METODOLÓGICO: ESTRATÉGIA

Como estão intimamente ligados os eixos da gestão social, neste pilar metodológico, através da análise dos dados, temos que de modo geral, a atividade turística impulsiona a vida social do bairro costeiro. Mesmo que muitos sejam os que dependem da atividade e utilizam o local como lugar de residência, poucos manifestam suas reais intenções coletivas, para o desenvolvimento do bem comum. A localidade sofre com a falta de bolsões de estacionamento e água potável nos períodos de grande visitação.

Contudo, a mobilização social para com a resolução desses resultados negativos, que afetam diretamente o sistema e o espaço turístico, é fragmentada e ineficaz. Pela descrição dos movimentos sociais relatados, não foi possível observar a ocorrência de estratégias para construção e implantação de ações que visem o desenvolvimento social no território estudado. Existe ressentimento com a má administração pública local, acarretando visivelmente um desinteresse pela organização e tomada de decisão popular.

4.1.3. EIXO SOCIETÁRIO: DELIBERAÇÃO

Visto os eixos anteriores, a conclusão relatada para a formação deste eixo não poderia ser das melhores. A comunidade em sua essência não possui indícios que tenha se emancipado dos interesses políticos e econômicos, assim como da assistência do poder público para promover o desenvolvimento do local, e de suas demandas sociais. A deliberação dos processos ocorre quase que predominantemente na esfera empresarial, atestam os entrevistados, como na apropriação de espaços públicos e dependências do patrimônio histórico, para locação de negócios turísticos. Consequente ao fato está à inadequação do potencial humano do local para com a atividade, dado que foi observada a expulsão das pessoas nativas, por motivos oriundos da concorrência de mercado. Mesmo existindo mão-de-obra especializada na região, os restaurantes da localidade optam por contratar “aventureiros” - como denominam os

moradores -, principalmente por compactuarem com a reprodução de salários baixos e condições insalubres de trabalho.

A cidadania deliberativa está ausente do cotidiano da gestão pública local, visto que o desenvolvimento voltado ao lado social tem uma face muito mais instrumentalizada pela lógica gerencialista do que pela lógica participativa cidadã de transformação societária, ocasionando um desequilíbrio negativo no desenvolvimento turístico sustentável do bairro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos distintos diagnósticos sobre o mesmo objeto, constatou-se que o Estado, portanto, tem o importante papel de dotar o espaço de infraestrutura adequada, planejar e efetivar o plano, fiscalizar (para prolongar a vida útil do local), investir os tributos no local de arrecadação, legislar, educar, incentivar e divulgar o local como foco de visitação. Entretanto a partir das contribuições dadas pelas ópticas teóricas da gestão social e do ecodesenvolvimento, nos remetemos à importância que a aprovação cidadão tem em meio à agenda pública de desenvolvimento.

O processo de planejamento é importante que ocorra com a participação de todos os agentes da sociedade, visando à atividade sustentável e a perpetuação da utilidade do espaço de deliberação. Logo, constata-se a relevância de que sejam difundidos na sociedade, como um todo, os princípios do ecodesenvolvimento, para que haja a compreensão da importância do bem comum (Sachs, 2007) e a consequente ocorrência da atividade turística baseada em seus princípios de sustentabilidade.

A falta de ligação entre o serviço predominante na região, sociedade local, e as esferas governamentais, torna claro que a classe comercial satisfaz as necessidades de seus pares, seguindo a lógica gerencialista e do *management*, sem reposta social exigida para as demandas de empregabilidade dos moradores locais (Tenório, 2009).

Resgata-se que a gestão do bem público pela esfera societal ainda não é institucionalizada no Brasil, pouca é a intervenções junto às esferas municipais, muitas vezes por ineficiência das próprias assembleias de moradores, o que caracteriza uma fraca cidadania deliberativa (Tenório, 2007). Paralelamente, a eficiência das empresas está em trabalhar em conjunto com a esfera pública, aplicando modelos de ação já predefinidos e muito claros, o que não acontece na esfera societária, pela incapacidade treinada, advinda pelo desenvolvimento dos modelos *Top-Down* de gestão pública, que não fornecem bases de aprendizado e participação, voltados à emancipação (Paula, 2007). Então, apoiado nesta perspectiva, observou-se no estudo, que o poder público atende aos interesses econômicos, e não as necessidades sociais locais.

Por fim, espera-se que este estudo diagnóstico seja relevante para as mudanças que venham ocorrer no local, visando, as demandas sociais do espaço, para que sejam atendidas, os aspectos positivos e oportunidades, que sejam melhores aproveitados, e, sobretudo possa ser utilizado como ferramenta educativa e disseminadora de informações. Desta forma, o mesmo fica como uma proposição de modelo de análise da atividade turística em territórios ocupados por atores que visem o desenvolvimento sustentável.

Nesse caso específico, sugere-se, portanto, o uso de métodos sociais de controle nas construções irregulares, preservação da paisagem e neutralização da poluição visual, atualização das leis e cumprimento das mesmas, capacitação turística, segurança e saneamento básico de qualidade. A participação popular em prol das demandas sociais locais continua sendo prioridade de amadurecimento, conscientização e implantação nas ações públicas gestoras do bairro de Santo Antônio de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

- Agenda 21 (2001). *Local do Município de Florianópolis. Prefeitura Municipal de Florianópolis*. Florianópolis.
- Angeli, M. (1996). *Planejamento e organização em turismo*. Campinas, SP: Papirus.
- Bardin, L. (1976). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bouillon, R. (1985). *Planificación del espacio turístico*. México: Editorial Trillas.
- Cidadania e desenvolvimento local. (2007) Rio de Janeiro,: FGV.
- Cooper, C., Fletcher, J., Wanhill, S., Gilbert, D. & Shepherd, R. (2001) *Turismo: princípios e prática*. Porto Alegre,: Bookman.
- Custódio, D. (2004). A importância do planejamento urbano-ambiental para o crescimento sustentável do setor turístico. In *Gestão em turismo e hotelaria: experiências públicas e privadas*. São Paulo: Aleph.
- Demo, P. (2001). *Cidadania pequena: polêmicas do nosso tempo*. Campinas: Ed. Autores Associados
- Diário Catarinense. Florianópolis tem pior mobilidade urbana do Brasil. Estudo de pesquisador Valério Medeiros. Universidade de Brasília. Retrieved May, 2012, from <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2009/05/florianopolis-tem-pior-mobilidade-urbana-do-brasil-2523317.html>
- Dias, L., Lenzi, M., Gonçalves, T. (2009). O processo de publicização de Florianópolis: imagem, turismo e finanças como elementos para uma análise geográfica. In: 12º do Encuentro de Geografos dela América Latina, Montevideo.
- Dowbor, L. (1999). A gestão social em busca de Paradigmas. In: *Gestão Social - uma questão em debate*. São Paulo: Educ-IEE.
- Epagri, Secretaria de Estado e Desenvolvimento Rural. Síntese informativa da produção de moluscos. Retrieved May 16, 2012, from http://cedap.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=357&Itemid=173.
- Fatos e Dados: demanda turística internacional. Retrieved May 29, 2012 from http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/internacional/download_internacional/Demanda_Turxstica_Internacional_-_Fichas_Sinteses_-_2004-2010.pdf.
- Ferraz, J. (1992). *Regime jurídico do turismo*. Campinas, SP: Papirus.
- Ferretti, E. (2002). *Turismo e meio ambiente: uma abordagem integrada*. São Paulo: Roca, 2002.
- Fischer, T. & Melo, V. (2006). Programa de desenvolvimento e gestão social: uma construção coletiva. In Fischer, T. Roesch, S. & Melo, V. *Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino*. Salvador: EDUFBA, GIAGS/UFBA, 13-41.
- França F. & Genauto C. (2007). Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. In *Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social I*, 23-25 de maio de 2007, Juazeiro do Norte, Ceará: Anais.
- Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. (2006). (10. Ed). Rio de Janeiro: FGV.
- Kotler, P., Gertner, D., Rein, I. & Donald, H. (2006). *Marketing de lugares: como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina*. São Paulo: Prentice Hall.

Ministério do Turismo. Fatos e Dados: estudos pesquisas e dados sobre o setor do turismo. Retrieved May 16, 2012 from <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html>

Murphy, P. (2002). Turismo e Desenvolvimento Sustentado. In: Theobald, William F. Turismo global. São Paulo: SENAC.

OMT, Organização Mundial de Turismo (2001). Introdução ao turismo. São Paulo: Rocca.

Paula, A.(2007). Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV.

Philippi, A., Roméro, M., & Bruna, G.(2004). Curso de Gestão Ambiental. Barueri: (Ed.) Editora Manole.

Pimentel, M., Pereira, J. & Vilas Boas, A. (2011). Institucionalização de Política Pública de Turismo em Âmbito Municipal no Brasil. In: José Roberto Pereira. (Org.). Gestão Social de Políticas Públicas. (1 ed.) Lavras: Editora UFLA, 1, 143-213.

Rio + 20. (2012). Documento final de la Conferencia: El futuro que queremos. Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible. Rio de Janeiro: 2012.

Rodrigues, A. (1997). Turismo e espaço. (1 ed.). São Paulo: Editora Hucitec.

Sachs, I. & Freire, P. (2007). Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. (org). São Paulo: Cortez.

Santur, S. C. S/A (2012). Estatísticas do Turismo Catarinense. Retrieved May 16, 2012 from <http://www.santur.sc.gov.br/>.

Tem razão a administração? (coord). Ensaio de teoria organizacional e gestão social.(2004) Ijuí: UNIJUI.

Tenório, F. (maio/agosto 2009). Gestão Social: uma réplica. *Revista ADM. MADE.*, 13(2), 1-4. Universidade Estácio. Rio de Janeiro: ano 9

Tenório, F., & Saravia, E. (2006). Escorços sobre gestão pública e gestão social. In Martins, P., & Pieranti, O. (Orgs.). Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo. (2 ed.,) 107-132. Rio de Janeiro: FGV.